

# NÔ PINTCHA

FUNDADO EM 1975

Director: Enfamara Cassamá

ANO XXIV - N° 1615

Preço: 300 F CFA

Semanário de Informação Geral

Av. do Brasil - CP 154 - Telef: 21 37 13 / 21 37 28 - Bissau

## Crise do BIGB

# Soluções dentro de dois meses

O problema fundamental do BIGB neste momento é a falta de liquidez, ou seja, a tesouraria está em crise, não tem dinheiro para dar respostas às necessidades dos clientes.



Páginas ..... 6 e 7

## Assembleia Nacional Popular

# Deputados mais guineenses do que nunca



Página ..... 12

## Vias rodoviárias urbanas Obras de reabilitação terminam este mês

Página ..... 3

## UNTG ameaça com greve geral

Página ..... 9

7 de Junho

# Festa dos Heróis só em Setembro próximo

Os militares que participaram no levantamento militar de 7 de Junho de 1998 não estão satisfeitos. Tudo porque os objectivos que nortearam o seu levantamento não foram ou estão longe de ser alcançados. A ideia é do vice-chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, durante o encerramento da jornada de reflexão consagrada à revolta de 7 de Junho, que culminou com o derrube do regime do ex-presidente da República, João Bernardo Vieira.

Página ..... 12

# Wade apologista de equilíbrio de forças?

Noutro canto da fronteira norte estão em voga, nos últimos tempos, idéias por um reequilíbrio de forças com a Guiné-Bissau. Não se sabe, se é bem esta a razão que levou as autoridades de Dacar a retirarem os cerca de três mil comandos que detinham na sua província da Casamance, mas, mantendo um controlo severo e desgastante. Seja o que for, o problema casamancês resta e restará sempre viva, enquanto uma solução justa e equilibrada não for encontrada pelas partes interessadas - em primeiro lugar e em plano muito geral, Dacar e o Movimento das Forças Democráticas da Casamance (MFDC), e não só. Porque, em segundo lugar e em plano geral, aparecem também inseridas, questões ditas de interesses económicos - em que concorrem certas potências europeias, questões igualmente de ordem histórico-étnica, em que perfilam os países vizinhos, Gâmbia e Guiné-Bissau.

## Enfamará Cassamá

Na sua recente visita à França, o novo "patrão" da suprema magistratura senegalesa, o Mestre Abdulaye Wade, evocou o dossier da Casamance com as autoridades francesas. Falou da retirada dos seus comandos da província, falou da ineficácia dos materiais bélicos que os seus soldados usam neste momento e da necessidade da intervenção da França nesse capítulo, assim como falou de o que chamou "montagem de Migs ucranianos" por especialistas, em Bissau.

Em encontro anterior, na capital senegalesa, Mestre Wade

havia manifestado ao enviado especial do secretário-geral da ONU na Guiné-Bissau, Samuel Nana Sinkam, a intenção de ver colocadas capacetes azuis ao longo da fronteira com a nossa terra. Apesar de Nana Sinkam permanecer ainda silencioso, sua proximidade avança com a hipótese dele estar a nutrir uma certa inclinação para essa idéia.

Posições como a de Wade e a deste camaronês pouco habituado com a realidade do terreno (diz-se, aliás, que nos seus relatórios, ele nunca é ameno com a extinta Junta Militar), soam muito bem para o Senegal e a Comunidade internacional (esta, por julgar que tem representantes que dignifiquem o seu bom nome), mas não para a Guiné-Bissau. Sejamos claros nos dizeres. O recente conflito político-militar guineense abalou o sossego dos dirigentes dos países que nos são limitrofes - Senegal e Guiné-Conacri. É compreensível! Abdou Diouf, com uma permanência sucessiva de cerca de vinte anos no poder, o haviam tornado em régulo habituado a honras e tam-tams. O que não deixou a bela democracia senegalesa sem chagas e pus. No sul, surge o general Lansana Conte. Como militar de carreira dotado da ciência de manigâncias políticas, foi discípulo esperto de Nino Vieira, com quem agia não só como amigo mas, também,

como irmão. Porque, segundo conhecedores dos antecessores de Nino, o sangue deste teria fortes conotações com o da etnia sóso (o que enriqueceria ainda mais, as origens do ex-presidente da República, se bem que ele é dito como tendo sangue papel e israelita - tem um tio judeu em Tel-Avive).

Hoje, ficou sabido que a intervenção na Guiné, das forças militares dos dois países ao lado de Nino, deveu-se à falsas informações que tiveram sobre as nossas capacidades militares. O Embaixador francês se dizia, durante o conflito, que sabia tudo sobre o Exército guineense. Só ignorava que o mesmo detivesse um arsenal bélico de tamanho, além de homens com tamanha precisão de tiro. Lembre-se que a França, tendo apoiado e doado materiais bélicos ao Senegal, os djambars vieram à Guiné com carros blindados ligeiros como os que a Arábia Saudita lhes dera no fim da guerra de Golfo, em 1992, em que o Senegal perdera perto de 200 homens..

## Guiné-Bissau entre martelo e bigorna

Esta posição, como disse, coloca a Guiné-Bissau entre martelo e bigorna. É que filhos desta Pátria venderam armas aos nacionalistas casamanceses

em luta pela independência. Agora, o país é descrito como sendo refúgio desses homens e é alegadamente daqui que os mesmos partiriam para operações violentas contra as tropas senegalesas na província da Casamance, e, enfim, ao lado da Junta Militar de salvação nacional, teriam lutado - durante o conflito - elementos do MFDC. Pelo que as recentes incursões armadas perpetradas pelas forças wolofs contra populações inocentes do norte, traduzem a ira quando mesmo disfarçada de Dacar contra a nossa terra. Isto pelo facto de, em tempos, termos adoptado a dúbia posição de mediador e instigador ao mesmo tempo.

Wade esteve cá, visitou, falou e lamentou. Mas, não se desculpou, nem prometeu reparos pelos danos e furtos que os djambars cometeram contra o nosso povo. É o mesmo Wade que, agora, pede a ONU, o envio de observadores internacionais para a nossa fronteira comum. Ora, se sabe, que nem sempre as forças de paz conseguem manter a paz sem ferirem sensibilidades. Isto é, sem privilegiarem uma certa parte. O que tem estado na origem dos prolongamentos de guerras nomeadamente em Angola, Serra Leoa, Somália, etc. Daí a nossa curiosidade para saber, se a

colocação dessas forças ao longo da fronteira visará decapitar os movimentos dos jurados homens do MFDC? Ou terá a missão de inculcar novos valores por melhores relacionamentos entre Dacar e os nacionalistas com vista a instauração da paz desejada? Seja como for, o sonho de Wade de ver as suas tropas dotadas de armamentos iguais com as possuídas pelas forças guineenses, não está isenta de intenções maiores.

Porque já ficou registado nos anais da história política africana que o Senegal e seus djambars falharam na sua lorpá intentona de matar o MFDC e a rebelião na Casamance a partir de Bissau, no decurso da sua vergonhosa intervenção. Mas, pelo facto de falhar não ser arte nem profissão que se aprende, cabe ao Governo guineense, adoptar agora, uma posição firme e clara - própria de um povo prevenido - sobre tudo o que toca a Casamance e o Senegal. Quanto a fronteira comum, nós acreditamos que o nosso Exército é simbolo de unidade nacional, de paz e sossego perenes para o seu povo e África. Não foi criado e treinado para fins nem invasorista, nem anexionista. O país é tal que nele cabemos todos com paz, entendimento mútuo e fraternidade humana.

## Nô Pintcha

Director  
Enfamará Cassamá

Director-Adjunto  
Simão Domingos Abina

Chefe de Redacção  
Bacar Baldé

Redactor Principal  
Carlos Casimiro

Nacional  
Domingos Meta Camará,

Reportagem  
Adulai Djaló,

Desporto  
Porfírio Mendonça

Fotografia  
Mário Joaquim Gomes,  
Manuel da Costa e Pedro  
Fernandes

Secretaria de Redacção  
Ivete Monteiro, Ângela Reis,

Edição Electrónica  
Anselmo Matche, Mário  
Óscar

Administração  
Amâncio Tepam-é, Edmundo  
Piedade, N'Gona Mané e  
Ansumane Turé

Estagiários  
Mama Saliu, Valentina da  
Silva, Onélia Alves e  
Amarante Sampa

## Ciência

# Impotência, Abóboras e Cirurgia

Os homens submetidos a uma operação da próstata podem ficar tranquilos quanto ao risco de perderem a potência sexual. Uma nova técnica cirúrgica permite reduzir os riscos de impotência ou incontinência, anteriormente associados à cirurgia ao cancro da próstata. A referida técnica dá pelo nome de "Cavermap"; trata-se de uma prostatectomia que respeita o mapa dos nervos que facultam a erecção.

Esta técnica começou a ser utilizada nos EUA há dois anos em

clínicas privadas no Reino Unido, há cerca de um ano; Por enquanto, só tem dado resultados positivos numa minoria de pacientes, sobretudo nos mais jovens.

Porém, como mais vale prevenir que remediar, o melhor que os homens têm a fazer - depois dos 30 anos - é começarem a comer abóbora em grandes quantidades. Este vegetal - rico em glúcidos, prótidos, lípidos, ácidos gordos e fosfolípidos - provou ser de grande utilidade no combate aos sintomas da hipertrofia benigna da próstata (aumento da

próstata); diminui, nomeadamente, a necessidade de urinar várias vezes durante a noite. Para os que não gostam de abóbora, foi recentemente colocado à

venda nas farmácias um suplemento chamado Prostafito, fabricado à base de pó da pevide de abóbora e extracto de "saw palmetto".



Vias rodoviárias urbanas

# Obras de reabilitação terminam este mês

O ministro do Equipamento Social e Infra-estruturas assegurou ao Nô Pintcha que as obras de reabilitação das vias urbanas de Bissau terminam em meados deste mês.

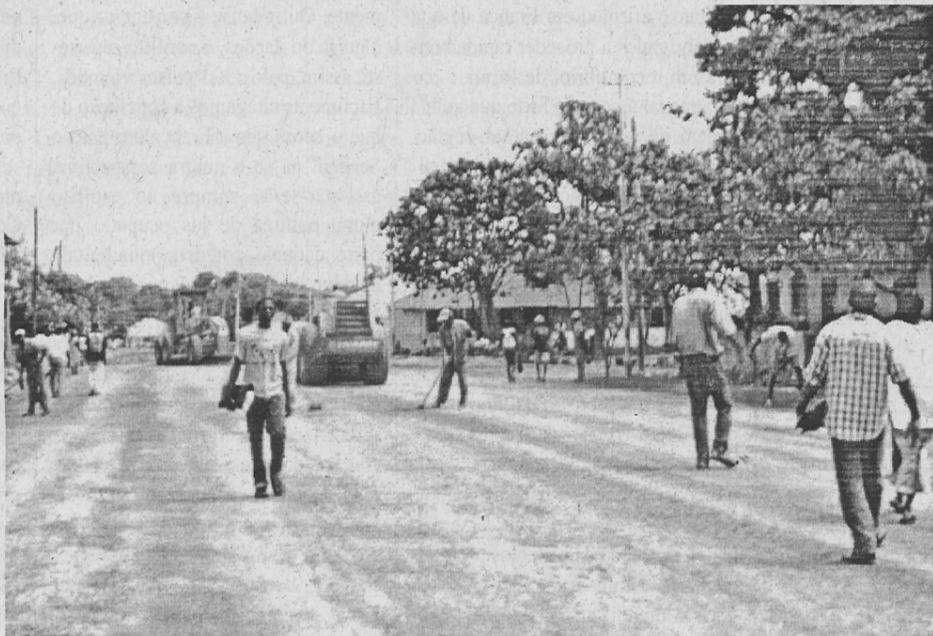
**N**uma entrevista concedida ao nosso jornal, Carlitos Barai precisou que a intenção do Governo é estender o processo de reabilitação dos troços rodoviários ao nível da cidade de Bissau, mas devido a época chuvosa que já chegou, o processo não poderá prosseguir, levando a interrupção das obras que deverão ser retomadas logo no final da época.

Disse que esforços estão a ser envidados para que as ruas em execução sejam concluídas dentro de duas semanas.

Este governante adiantou que o atraso das obras deveu-se ao cancelamento das verbas destinadas aos referidos projectos por parte das instituições financiadoras, nomeadamente o Banco Mundial, o Fundo Europeu de Desenvolvimento, o Banco Africano de Desenvolvimento e o Banco Islâmico de Desenvolvimento.

O cancelamento das verbas, segundo o ministro Barai, deveu-se ao atraso de quotas que a Guiné-Bissau tem com as respectivas instituições que decidiram desta feita, suspender os projectos, exigindo ao país para cumprir com as suas obrigações em relação às referidas instituições, sobretudo os de BM e BAD.

Em soma, o ministro do Equipamento Social esclare-



Avenida Unidade Africana em reparação

ceu que o Governo não tem poupado esforços para procurar alternativas de moldes a cumprir com a obrigação face às instituições parceiras de desenvolvimento, estando já prevista uma solução do caso. Carlitos Barai disse que o Governo já tem garantias de conseguir verbas para pagar os atrasos contraídos, permitindo assim o desbloqueamento dos projectos suspensos destinados a reabilitação de infra-estruturas urbanas.

O ministro fez saber também que o processo de reabilitação das infra-estruturas rodoviárias será alargado para o

interior, com destaque para as zonas do norte, leste e sul. Aliás, é o que está previsto no actual Programa do Governo, já aprovado pelo Parlamento. Nesse projecto, o Governo prevê a construção de 500 quilómetros de estradas.

De acordo com Carlitos Barai, isso só será concretizado depois da época chuvosa, uma vez que não se pode executar na época que se avizinha.

No que concerne ainda com a reabilitação das vias urbanas, o ministro acrescentou que algumas delas são financiadas pela Agência Guineense de Execução das

Obras e Promoção de Emprego (AGEOPPE).

Carlitos Barai explicou que está também em vista a realização de outros projectos que visam reabilitar e construir vias de comunicação. Estes projectos restam ainda condicionados, devido a suspensão dos financiamentos por parte dos dadores de fundo, e dado o atraso que o país tem com os mesmos.

O ministro lembrou que este atraso de quotas do país é uma situação que o seu Governo herdou.

A construção de algumas pontes, nomeadamente as de João Landim e São Vicente,

não escapou a observação do ministro Barai.

Entretanto, os proprietários dos taxis, toca-tocas e todas as viaturas em circulação em Bissau vão respirar já de alívio, porque a comunicação entre os bairros e o centro da cidade vai ser mais fácil.

As obras de reabilitação estão avançadas e os moradores dos bairros são os mais satisfeitos, sobretudo os de Santa-Luzia, onde o estado de degradação das faixas rodoviárias estava mais preocupante, como o caso da zona de coqueiro.

Contudo, os moradores de Birro Militar continuarão ainda na amargura, tudo porque não está ainda prevista a recuperação do seu troço principal.

O troço de bairro militar que é dos mais movimentados da capital, já teve um financiamento da ordem de 100 mil Ecus por parte do BM.

Salienta-se que este processo de reabilitação das vias rodoviárias foi iniciado em 1998 e foi interrompido com o eclodir do conflito político-militar desse ano.

Recorde-se que em Agosto de 1999 os utentes dessa via haviam reclamado, exigindo ao Governo a suspensão da cobrança de taxa do fundo rodoviário, atendendo o estado de degradação em que se encontrava a mesma.

Djuldé Djaló

## Peritos do desenvolvimento estão reunidos em Abuja

Está a decorrer de cinco a dez deste mês, em Abuja, capital da populosa Nigéria, a terceira reunião da Comissão Intergovernamental de peritos do Centro de Desenvolvimento Sub-Regional para a África Ocidental, CDSR-AO, da Comissão económica da ONU para a África, CEA.

**A**ltos funcionários e espertos dos países membros abrangidos pelo centro tomam parte nesse encontro em que estava igualmente prevista a participação de representantes de alto nível das comunidades económicas regionais, tais

que a CEDEAO, UEMOA, União do Rio Mano, CILSS, organizações não-governamentais e outras instituições especializadas.

Os presentes estão a discutir várias questões de desenvolvimento sobre a integração sub-regional face à situação económica e

social, as trocas e redes de informação, assuntos sexoespecíficos e a correlação entre a população, meio ambiente e segurança alimentar.

O CDSR para a África Ocidental nasceu dos bureaux regionais abertos pela CEA pouco após a sua criação em

1958, para reforçar a sua presença e promover a integração económica a escala sub-regional. Anteriormente conhecido sob o nome de MULPOC, o centro cobre os seguintes países da nossa sub-região: Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Côte d'Ivoire, Gambia, Gana,

Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra-Leoa e Togo.

A CEA possui cinco centros de desenvolvimento sub-regionais em Yaoundé, Kigali, Tanger, Lusaka e Niamey que cobre as Áfricas Central, Leste, Norte, Austral e Ocidental.

# A política nas entrelinhas

**A entrevista recentemente concedida pelo presidente senegalês, Abdoulaye Wade, ao semanário francês "Jeune Afrique - L'intelligent", põe em evidência a intenção do governo senegalês sobre a política em matéria de defesa, nos próximos tempos, por parte da República do Senegal. Isto é, o Senegal acha-se superior militar e diplomaticamente, para aceitar uma política de boa vizinhança com os países que lhe estão circunscritos a partir das suas fronteiras marítimas e terrestres.**

Hélder Dias



Este governante, esteve entre nós, há pouco tempo, logo depois da sua investidura para o mais alto cargo político do seu país, e, nessa altura mostrou a vontade de estabelecer, de novo, relações diplomáticas,

assentes numa característica social de irmandade e forte aproximação entre os dois Estados vizinhos. Contrariamente a esse princípio enriquecedor dos aspectos jurídico-políticos, afirmou em França de que são obrigados a proceder rapidamente a um reequilíbrio, de forma a dar ao Senegal a posição forte que nunca poderá deixar de ter na sub-região. Porque, disse ele, "sabem que actualmente, os ucranianos estão a reparar os Mig-21 do exército da Guiné-Bissau".

A análise que se oferece fazer e a conclusão é de que, o Senegal entende que o conflito que opõe os independentistas de Casamança ao Senegal é um pretexto político criado pela Guiné-Bissau, para mais tarde, ocupar o Senegal. Ora, uma coisa é a luta dos independentistas apoiados, então, por vários países, à semelhança disto, temos os factos políticos que verificaram-se durante a 1ª e 2ª guerras mundiais.

E a Guiné-Bissau tem apoiado a ideia duma resolução pacífica do

conflito que dura há 18 anos. O que faz-nos necessariamente, ser um santuário para os beligerantes, uma vez que o nosso objectivo, é contribuir para que a paz se instale definitivamente. Outra coisa é considerar que, à guisa de ilações, o conflito reparte-se, assim, pelos dois países vizinhos. Facilmente chegamos à conclusão de que o apoio que a França der para o Senegal nessa e noutra perspectiva, assentar-se-ão sempre no espírito duma política de jus occupatio por parte daquela potência mundial da Europa, o exemplo é nos evidente por causa das plataformas continental e marítima (a questão da exploração petrolífera) e a retaliação. O que pressupõe o cumprimento de directrizes de forma exímia. A eleição do presidente do Senegal, com 84 anos - nesta fase os governantes procuram, normalmente, retirar-se da cena política, activamente - só poderá evidenciar um volta face breve do Senegal, para livrar-se da má reputação que granjeou junto da Comunidade Internacional durante o

conflito político-militar que se verificou na Guiné-Bissau, para, logo a seguir, perspectivar o objectivo concreto e que é a retaliação.

Para os apoiantes do Senegal, neste caso, abririam a caixa da pandora, mostrando o seu conteúdo. Enquanto que o Senegal a ser visto como sendo o país temerário desta costa africana, só posso entender a sua expressão alusiva a posição que nunca poderá deixar de ter na região! Contudo, o cumprimento disso requer o uso de teorias da psicologia social.

Havendo um presidente senegalês com a idade lançada, que tome medidas radicalmente compulsórias, poderia ter o perdão dos dois povos, se a expressão máxima pegasse e que é o facto de o nosso povo não levar muito à peito os actos desagradavelmente praticados por indivíduos, cuja idade atinja a terceira fase de vida, isto é, a terceira idade ou velhice. Talvez, seja já a altura de repensar este hábito que existe entre nós.

## CMB, ainda com burocracia

# Quem responde pelas desordens dos serviços camarários?

**Ao que parece, a secretária do presidente da Câmara Municipal de Bissau quer passar a responder as questões que se prendem com os serviços camarários.**

**Em Estado de direito, não se pode exigir outros documentos a um jornalista se não é a sua carteira profissional como peça de identificação.**

Após dias de insistência, como repórter do Jornal Nô Pintcha, fui impedido pela secretária do presidente da CMB de me avistar com o seu chefe para uma entrevista sobre o funcionamento dos serviços camarários.

Por me ter impedido, gostaria que a secretária respondesse, agora, as seguintes questões, em nome do seu presidente: se existem ou não perspectivas para a normalização dos serviços da CMB? que soluções estão em vista para os males observáveis, sobretudo, na concessão de terrenos à entidades públicas e privadas, venda ilegal de talhões, morosidade dos processos de legalização de casas e furos de terrenos, assim como sobre a desordem que se vive no Mercado de Bandim?

Apesar disso, o cidadão Tchernó Djaló, do bairro de Quelelé, a que encontramos no rés do edifício da CMB, afirmou que tem estado a frequentar essas

instalações desde 1998 a fim de legalizar a sua casa, tendo também falado na existência de um conflitos entre a CMB e os "donos" de terrenos - nos quadros da compra e venda dos mesmos - que ronda entre 500 e um milhão de francos CFA.

Tchernó Djaló disse que a CMB não tem terreno a nível dos bairros periféricos da capital, e justificou que muitos cidadãos nacionais adquiriram, na época colonial, vastas áreas que hoje consideram suas propriedades.

Encontramo-nos igualmente, nas instalações da CMB, com os "Imams" das Mesquitas de Bissau, que foram apresentar apelos junto do presidente, para impedir as pessoas de continuarem a construir casas dentro do cemitério de N'HALA, não obstante, um dos "Imams" com quem conversamos ter reconhecido que o referido cemitério deveria ser encerrado, por não ter mais espaços para sepulturas.

### Retalhistas pela modernização de Bandim

Aladje Saico Seidi, armazeneiro do mercado de Bandim, considerou que a instalação está desorganizada e precisa de ser modernizada.

Admitiu que a CMB tem exigido direitos, mas, não está a cumprir as devidas obrigações com os seus clientes os quais querem ter melhores espaços e segurança nas suas actividades comerciais.

Explicou que, para além da CMB, pagam também contribuições e o respectivo Imposto Geral sobre a Venda (IGV) às Finanças. Acrescentou que têm tido alguns prejuízos por pagarem aluguer de casas onde armazenam mercadorias.

"Nós é que pagamos os vigílias nocturnos (guardas), os quais, muitas vezes, alegam ter sido atacados. Isto quando notamos

roubos nos armazens", informou.

Este utente do Mercado Municipal de Bandim fez questão de adiantar que o Governo deve indemnizar os proprietários das casas existentes em torno do mercado por forma a modernizá-lo.

Aladje Saico Seidi sublinhou que os alugueres de casas nesse mercado oscilam entre 100 a 250 mil francos CFA. O que constitui, para eles, um enorme prejuízo económico.

No quadro das contribuições, indicou que os armazenistas - de acordo com os volumes de negócios e espaços que ocupam no mercado - pagam ao Estado entre 200 e 400 mil francos CFA.

O presidente da Associação dos Retalhistas do Mercado de Bandim, Mama Samba Sabali disse que a Associação deseja ver demolidas todas as casas que estão dentro do plano da modernização do mercado.

Sabali explicou que a ARMB, CBM, AGUIPEC e AMAE se ti-

nam decidido financiar uma viagem de estudo até Bandjúl, capital da Gambia, para a busca de um modelo para o mercado de Bandim.

A este respeito, referiu que o mercado "Albert" de Bandjúl, tinha sido o principal alvo do estudo e fora preferido por todos os participantes, enquanto o TIPS manifestara o desejo de inanciar a sua construção.

Sabali assegurou que 76 por cento dos moradores até a zona da Cabana estavam de acordo para que as suas casas fossem demolidas em troca de certas indemnizações. Mas, infelizmente, a vinda do Libanês dono da fábrica de espumas, complicou todo o processo, venceu o retalhista.

"Estamos de acordo que o mercado seja modernizado, mas, através das obras do Governo a quem pagamos direitos", sublinhou ele a concluir.

Aruna Jamanca

7 de Junho

Inquérito

# Queremos justiça e reconciliação nacional

Foi há dois anos, na madrugada de 7 de Junho, que um grupo de soldados liderados pelo Brigadeiro Anssumane Mané, pegaram em armas para dizer não ao governo tirano e arbitrário do presidente Nino Vieira, que fora eleito democraticamente.

Como aconteceu isso? Não é que em todo o país, o presidente Nino havia montado um serviço de segurança de Estado muito activo, que agia mesmo nos corpos militares?

Sucedeu que o presidente João Bernardo Vieira (Nino) estava em conflito aberto com o Brigadeiro Mané, o qual havia destituído da função do Chefe de Estado-Maior General das F.A. por alegado envolvimento em tráfico de armas com os rebeldes da Casamance. A falta de diálogo entre os dois homens conduziria ao extremo de o povo guineense ser forçado a atravessar o pior drama da sua história como nação livre e independente, em que desapareceram milhares de pessoas, muitas outras ficaram amputadas fisicamente, além de vandalagens e furtos que varreram casas e barracas.

□ Amarante Sampa  
e Djuldé Djaló

O Jornal Nô Pincha saiu à rua para recolher opiniões e fez esta pergunta - o que lhe inspira esta data?

Simão Caetano Pinto (Reformado) - Fazendo um olhar sobre o passado, considero que perdi tudo durante a guerra, desde os pequenos posses materiais até o meu domicílio.

Sim, a guerra foi violenta, mas resisti os estrondos das bombas que caíam por toda a parte. Isto, do início até ao final. Por várias vezes fui alvo de expressões pejorativas, como "retournez chez-vous!" por parte das tropas senegalesas.

Houve garantias de apoio às vítimas do conflito armado em zínco, ciber (varas de vimeiro), mas até agora não recebemos nada. Ora veja só, a chuva já está a porta. Com isso, posso afirmar que nada melhorou com o 7 de junho. Pelo contrário, piorou. Apesar disto, acredito neste Governo e em seu presidente.

O País deve ser governado na base da justiça, transparência e tolerância na perspectiva e espírito de luta armada de libertação nacional, pautando pela unidade nacional.

Na minha opinião cada cidadão deve usufruir dos seus direitos inalienáveis. Os Antigos Combatentes, os militares e reformados devem beneficiar dos seus respectivos valores, e que haja o aumento de salários. Outra coisa, os militares têm que deixar a política para os políticos.

Victor Mandinga, político e líder da bancada (AD) - Para mim, o balanço na sua globalidade é posi-



Simão Caetano Pinto  
(Reformado)

tivo. Primeiro, porque foram criadas as condições para o restabelecimento da legalidade democrática, já com um Governo, uma Assembleia e um Presidente da República eleitos pelo povo.

Quanto os aspectos da justiça, apesar de exageros em fazer ajustes de contas, considero que ela está no bom caminho. Isto porque os tribunais estão a funcionar com maior Independência e transparência.

Um outro aspecto positivo que o 7 de junho trouxe aos guineenses é a liberdade de expressão dos cidadãos e da imprensa.

Mas é bom que saibam que há também aspectos negativos a tomar em conta. Por exemplo, "o arranque do país para o desenvolvimento está comprometido seriamente", a justiça, a democracia estão bem. Mas, se não foram criadas alicerces para melhorar a saúde e educação, de nada serviu o levantamento.

Por outro lado, o Governo eleito não tem conseguido reconciliar os guineenses, não consegui governar quanto queremos.

Limitando-se sempre a tirar desculpas que os militares estão a perturbar, os jornalistas e os políticos estão a proceder da mesma forma.

Amanhã o Governo vai dizer



Victor Mandinga, político e  
líder da bancada (AD)

que os trabalhadores da Função pública e os empresários estão a perturbar.

Os militares regressaram aos quartéis como sempre nós defendemos. Mas queremos que fique bem claro o seguinte:

a subordinação política dos militares deve ser bem entendido como subordinação às instituições políticas. E estes não estão para servir partidos políticos ou governos, estão sim, para servir o Estado.

É preciso que o Governo governe bem, que o Presidente da República seja um árbitro entre todos os guineenses, para que o País se desenvolva. Por forma a nunca mais haver a necessidade de os militares utilizarem armas para resolver problema político.

Mamadou Cassamá, vulgo Rambó de Sul, é de naturalidade nigeriana. Ele vive cá desde há 10 anos. Com o levantamento militar de 7 de Junho, ele aderiu à Junta Militar para combater pela Justiça. Ele é actualmente comandante de pelotão no Batalhão da Infantaria da Presidência da República.

"Esta data representa um acto histórico para o povo da Guiné-Bissau tão martirizado.



Mamadou Cassamá, vulgo  
Rambó de Sul

Porque foi a data em que o povo guineense viu a luz do dia, vendo assim a injustiça que pairava sobre as pessoas, além de certas ilegalidades.

Mas, sobre a data, diria que tem dois aspectos fundamentais: o positivo e o negativo. Isto sucede, aliás, em todas as sociedades.

O aspecto positivo trouxe uma verdadeira mudança no país que estava a ser inviabilizado. Fez cair um regime que há 25 anos dirigiu o país, cujo povo reclamava sempre a justiça. Conseguiu repôr a justiça tão desejada, levou a recuperação e reconhecimento dos Combatentes pela causa guineense que haviam sido abandonados pelos companheiros de luta que dirigiam os destinos da Nação.

Renovou a vida dos militares guineenses em todos os domínios e repôs o respeito aos mesmos, assim como construiu um corpo da defesa nacional sã e forte.

Portanto, tudo foi brilhante com o levantamento. Por isso gostaria de apelar os responsáveis do país a assegurarem o desejado processo, e também apelar os militares para participarem activamente no processo de reconciliação e reconstrução nacional.

O aspecto negativo, este não



Adulai Baldé

pode faltar em qualquer acontecimento como já referi, porque o positivo e o contrário se combinam sempre.

Gostaria de exprimir aqui as razões profundas que me levaram a aderir ao levantamento, mas aguardo outra oportunidade.

Adulai Baldé - (cidadão comum). Para mim, a data marcou uma nova era na vida dos guineenses. Mas, antes, gostaria de agradecer os que tiveram a ideia e coragem de construir tão importante iniciativa que hoje deixa o povo a respirar com alívio. Mas, também, não deixaria de lamentar as consequências provocadas pelo acontecimento militar, pois, além de perdas de vidas humanas, provocou enormes prejuízos na economia nacional.

O acontecimento constitui também um marco importantíssimo no que concerne a reposição da legalidade e justiça social.

Trouxe nova era com a mudança profunda no contexto sócio-político do país. Sendo assim, gostaria de apelar os obreiros deste levantamento e, em especial ao actual poder civil democraticamente instituído a colaborar na perspectiva de materialização do sonho dos guineenses.

# Com o financiamento dos atrasados internos BIGB vai colmatar lacuna financeira

Há dez anos, o Banco Internacional da Guiné-Bissau - BIGB- surgiu como um projecto no sector privado na área financeira de cooperação entre Portugal e Guiné-Bissau, envolvendo privados portugueses e guineenses com o aval do Estado guineense. Assim, foi constituído, na sequência de um protocolo de acordo firmado em 05 de Março de 1989, aquando da visita do então Primeiro Ministro do Governo Português ao País, este Banco Comercial de capitais mistos guineenses e portugueses sob forma de sociedade anónima, com a seguinte repartição: Accionistas guineenses 51% (Estado com 26 e privados 25%) e accionistas portugueses assumiram 49% (Banco Pinto & Sotto Mayor 17,5, Crédito Predial Português 17,5 e Geofinança Sociedade de Investimentos, SA 14%).

O surgimento do BIGB viria colmatar assim uma lacuna que existia na área financeira, no quadro da política liberal então em curso no País. Aliás, o Banco resultou de uma política de liberalização económica que o Governo implementou, consubstanciada nos Programas de Ajustamento Estrutural apoiados por instituições internacionais FMI e Banco Mundial. Neste quadro, o Banco atingiu os objectivos que nortearam a sua criação que era captar poupanças e apoiar os operadores económicos com créditos, fundamentalmente na campanha agrícola, importações e exportações.

□ Abdulai Djaló

A situação financeira do BIGB está na ordem do dia das discussões e comentários do público guineense. A este respeito circulam muitos rumores na nossa praça: "o banco está falido"; "vai desaparecer do mercado"; "será vendido a um outro grupo"; "a parte portuguesa retirou-se da Sociedade e já vendeu as suas acções ao Totta", entre outros. Este facto tem criado uma certa dúvida ao público, concretamente aos clientes que mantêm, para já, uma certa reserva quanto a credibilidade do banco, pelo que muitos optaram em retirar suas poupanças do sistema para um lugar que lhes oferece maior segurança, alegando-se por outro lado, a instabilidade política do país. Nesta perspectiva, o Nô Pintcha contactou o conselho de Administração da empresa, para saber da real situação actual deste primeiro Banco privado do país.

O administrador executivo do BIGB, Mamadu Aliu Baldé garantiu recentemente, que dentro de dois meses, o banco irá ultrapassar a crise da tesouraria que tem neste momento. Tudo porque boas perspectivas se estão a desenhar e que permitirão ao Banco recuperar parte da sua carteira de crédito calculado em cerca de 20 milhões de dólares, cujos devedores são os operadores económicos, através



Filinto Barros, presidente do Conselho de Administração: "o problema actual do BIGB é a falta de liquidez"

de financiamento das campanhas agrícolas, importações e exportações.

Aliás, o Banco Mundial e a União Europeia já financiaram 12 milhões de dólares destinados a liquidação das dívidas internas do Estado, através das empresas públicas e cruzadas que o Estado tem com os privados. Assim sendo, o Tesouro Público vai, certamente, colaborar na recuperação de créditos, através da domiciliação no sistema bancário da regularização de atrasados internos e de even-

tuais indemnizações por prejuízos de guerra.

Neste momento, no banco, está-se a gerir a crise da tesouraria, enquanto se aguarda o desbloqueamento da referida verba e sua consequente transferência para os cofres do mesmo.

Dr. Baldé refuta, no entanto, a ideia de que o BIGB está falido e disse que, em termos de estrutura, os passivos e activos, o banco está bem. O problema reside apenas na tesouraria que neste momento está, de facto,



O administrador executivo do BIGB, Mamadu Aliu Baldé: "em termos de estrutura, os processos e activos, o banco está bem"

em crise.

Esta opinião foi partilhada pelo presidente do Conselho de Administração do BIGB, Filinto Barros que disse "neste momento, a saúde financeira do banco não é boa, pois está atravessar uma crise bastante grave. Com isso não significa que a empresa está falida, como está a ser especulado, não é nada de isso. o problema fundamental do BIGB neste momento é a falta de liquidez, ou seja, a tesouraria está em crise, não tem dinheiro para dar respostas às necessi-

dades dos clientes. Este facto é resultado de dois aspectos fundamentais":

- primeiro, a má carteira de crédito, ou seja, o banco não conseguiu recuperar os créditos, porque os operadores económicos não pagam e a guerra veio profundar mais a situação;

- segundo, independentemente dos operadores económicos que se declararem descapitalizados, o volume de levantamentos aumentou depois da guerra, por causa da instabilidade política do país, os clientes

estão com o receio de virem ser surpreendidos com as suas poupanças no banco à semelhança de 7 de Junho de 98. Aliás, a partir de Julho de 1999, altura em que foi reaberto o BIGB, até Dezembro do mesmo ano foram levantados dos balcões do banco cerca de 10 milhões de dólares US, além de 20 milhões US de dólares de crédito mal parado.

Relativamente a tão comentada retirada portuguesa do BIGB, Filinto Barros esclareceu a situação, dizendo que "o que aconteceu foi que o Grupo Champaulimaud de accionistas portugueses (Banco Pinto Sotto Mayor, Crédito Predial Português e Geofinança) que detinha os 49% das acções do BIGB foi vendido em Portugal a um grupo espanhol Santander, grupo que comprou igualmente o Totta que até agora funciona como uma agência. Como a ideia dos espanhóis é transformar a agência do Totta num banco privado, então manifestaram a intenção de se vender as suas acções no BIGB. Mas, porquanto ainda continuam na Sociedade até que seja feita o saneamento financeiro do banco."

Soubese ainda que o Estado que detem também 26% das acções no BIGB, pretende vender 21, ficando apenas com 5%, como forma de evitar a sua interferência política no banco, e tornando-o mais competitivo e adaptá-lo à nova realidade do país e as condições do mercado. Ficando com esta percentagem, o Estado torna-se um accionista minoritário, portanto, sem poderes para a tomada de grandes decisões como no passado, onde interferia de que maneira no BIGB, sobretudo na concessão de alguns créditos especiais.

Como consequência desta prática, elevou-se tanto a carteira de crédito que até hoje o banco não conseguiu recuperar, porque a maior parte desse crédito tinha influência política, e os beneficiários não pagavam por estarem protegidos. Este comportamento, como é óbvio, teve repercussões negativas na gestão da empresa, resultando na crise da tesouraria em que o banco se encontra actualmente mergulhado.

Assim, ultrapassada a crise, o BIGB, enquanto instituição dinamizadora da economia que neste momento está a ser gerido por uma equipa nacional, se transformará num verdadeiro Banco Nacional que, além dos filiais em Bandim, Canchungo,



Vista frontal do Banco Internacional da Guiné-Bissau

Bafatá e Gabú, irá representar-se também no Sul, afastando todo e qualquer tipo de interferência ou fantasma política. A interferência do Estado se resumirá apenas no aspecto de segurança e na ajuda ao relançamento, dando oportunidades aos privados, independentemente das nacionalidades.

Aliás, em Maio último, reuniu-se a Assembleia Geral do BIGB. Durante a magna reunião, foram revistos os estatutos do banco, eliminando dos mesmos as normas que deram rigidez à composição accionária e a constituição dos referidos corpos sociais. Hoje, a mobilidade do capital e a necessidade de uma gestão profissionalizada, exigem a alteração total ou parcial dos artigos 5º, 6º, 14º, 17º, 21º, 22º, entre outros.

Entretanto, sobre os rumores que correm de que, desde a criação do BIGB há dez anos, nenhum accionista privado usufruiu de lucros, Filinto Barros confirma, dizendo que "o Banco nunca distribuiu dividendos aos accionistas e os lucros são sempre reinvestidos com conhecimento de todos. Mas, acontece que a maior parte dos devedores da Empresa são eles, cujas dívidas, em alguns casos, ultrapassam as acções que têm no banco.

A recuperação de crédito é o plano global do Banco neste momento que exige, além de maior rigor na cobrança e negociação com os clientes de planos de pagamento, a criação de tribunais arbitrais ultrapassam as suas acções".

#### Situação sócio-económica da Guiné-Bissau

Segundo o relatório e contas do BIGB referente ao exercício de 1998 e 1999, em 1997, a República da Guiné-Bissau conheceu uma evolução económica positiva, com o Produto Interno Bruto (PIB) a crescer 5,4%, a taxa de poupança interna positiva (2,8%), a taxa de investimento de 21,6% e a inflação homóloga a descer de 65,42% em 31 de Dezembro de 1996 para 16,77% em 31 de Dezembro de

1997.

O objectivo de eliminação progressiva dos desequilíbrios macroeconómicos, com sustentabilidade e estabilidade de preços, apresentava um andamento positivo.

Até Maio de 1998 a evolução continuava a ser positiva, estando a inflação homóloga, em 31/5/98, em 7,39% e a sua média em 17,90% (em 31/12/97 era de 49,10%).

O prosseguimento do Programa de Reajustamento Estrutural e a entrada na OMOA davam

frutos.

Com a crise sócio-política de 1998, assistimos à pralisação das instituições e à destruição das infraestruturas económicas e do património público e privado, com as consequentes repercussões na capacidade económica do país.

Em 1998, o PIB teve um andamento negativo, da ordem de 28,1%, a inflação homóloga e a média desceram para 7,87% e 8,01%, respectivamente, devido a fraca procura interna verificada.

A produção agrícola diminuiu 17%, tendo sido influenciada, principalmente, pelo decréscimo verificado na castanha de cajú, cuja produção desceu de 58mil para 34 mil toneladas. Os sectores industrial e o comercial paralisaram.

As previsões para o ano 2000 apontam para um aumento da confiança no mercado, resultante de uma maior estabilidade político-militar, podendo iniciarse a aplicação do programa de urgência, aprovado na Mesa Redonda de Genebra, nos dias 4 e 5 de Maio de 1999.

A produção de castanha de cajú, principal fonte de receita da Guiné-Bissau, situar-se-á, em 2000, próximo das 70 mil toneladas.

No sector monetário verificou-se uma diminuição da massa monetária de 38,1 mil milhões de FCFA, em 31/12/97, para 33,5 em 31/12/98, tendo-se assistido a uma recuperação em 1999, ano em que atingiu cerca de 40 mil milhões de FCFA.

O objectivo para o ano 2000 aponta para um aumento de 7,7%.

Em 1999, com fim do conflito político militar, verificaram-se indícios de retoma da actividade económica conforme se pode verificar por alguns indicadores:

	1998	1999
Taxa de crescimento real do PIB	28,1%	7,1%
Taxa de poupança interna	20,6%	8,7%
Taxa de investimento	11,3%	15,0%
Produção de cajú (milhares de ton.)	40	61
Taxa de inflação (média homólogas)	8,01%	2,09%

Os objectivos estabelecidos para o ano 2000 traduzem já um clima de confiança:

Taxa de crescimento do PIB	8,1%
Taxa de poupança interna	9,8%
Taxa de investimento	30,0%
Inflação média	6%

Com a Banca encerrada, os depósitos mantiveram-se estáveis, havendo variações na circulação monetária (valores em mil milhões de FCFA):

	31/12/97	30/9/99
Circulação monetária	20,5	23,3
Depósitos em Bancos	17,6	17,8 (previsão)
Crédito à Economia	6,7	12,4 (previsão)

Para o ano 2000 prevê-se um aumento da circulação monetária de 4%, nos depósitos 12,4% e no crédito à economia 8,1%.

Os sem-abrigo

# Governo não cumpre com obrigações

O Nô Pintcha acompanhou, de perto, de meados do mês de Maio para cá, as populações que perderam suas respectivas casas, em consequência do levantamento político-militar de 7 de Junho de 98.

Recentemente, o Governo solicitou um encontro Governo com os "sem-abrigo" para discutirem do processo de concessão de materiais de construção, a saber, zincos, pregos e cibes (varas de vimeiro) para o acabamento das suas casas. Infelizmente, o nosso repórter que esteve nesse encontro, não viu nenhum representante do Governo.

□ Bacari Mané

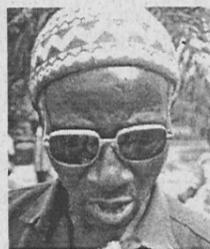
Questionamos as vítimas que estão entre outra coisa, na "expectativa de uma mãozinha do Governo".



**Carlitos Infurna Buaiga** (Bairro Militar) - O motivo da concentração, aqui, dos populares do círculo 25, está relacionado com o facto de termos sofrido muito durante a guerra. Além dos nossos víveres, perdemos igualmente as nossas casas em consequência dos bombardeamentos durante o conflito político-militar. No fim da guerra, o Governo prometeu que ia remediar a situação dando-nos zinco, pregos e cibes. Até agora não vimos nada e a chuva já começou; e não estamos na possibilidade cobrirmos as nossas paredes de terra seca.

Apesar de tudo, estamos na expectativa de o Governo dar-nos uma mãozinha de Deus.

O Governo não cumpre



**Mamadú Cissé:** Somos coitados e não duvidamos disso. Todavia, em certo momento da vida, conseguimos construir palhotas para as nossas famílias. Vivíamos felizes porque não dependíamos de ninguém. Mas, a guerra eclodiu e estragou o maior tesouro que tínhamos, e, agora, estamos sem abrigo devido aos bombardeamentos.

O Estado destruiu as nossas casas, mas, agora, anda a enganar-nos, apesar de termos levantado as paredes com os nossos próprios meios. Até se recusou em cumprir

com a sua promessa de nos conceder zinco, pregos e cibes. Já estamos na época de chuvas. O que vamos poder fazer nestas condições?

Se o Governo não nos ajudar estamos tramados



**Dambú Dafa: Bandim -I:** Sou camponês, mas até agora não posso ir preparar o meu campo de lavoura com o perigo de perder a minha casa. Continuo a espera que o Governo cumpra com a sua promessa, para poder deixar a minha família tranquila em casa.

Sou viúva em consequência deste conflito. Pois, além de perder o meu marido, o anexo da minha casa ficou demolida pelos obuses. Agora, não tenho o poder económico para recuperar o que a guerra me tirou. A casa, em si, também ficou descoberta e está sem zinco. No ano passado fizemos "tchapa-tchapa" e conseguimos resistir. Este ano, porém, se o Governo não nos ajudar em zinco, estamos tramados. Porque nem tenho dinheiro para sustentar os meus filhos e sobrinhos que

perderam o seu pai.

O Governo deve assumir suas responsabilidades



**Aua Gomes (bairro de Bissak)** - Vim para aqui a fim de dialogar com o Governo a fim de assumir as suas responsabilidades, no tocante à construção das nossas casas destruídas durante o conflito político-militar e dar-nos materiais indispensáveis, o mais urgente possível. É para podermos fazer o acabamento das casas porque a chuva já chegou.

Não somos os culpados desta guerra. Simplesmente, o Governo desprezou-nos como se fôssemos os bodes expiatórios do conflito que assolou o país:

Gastamos muito dinheiro para levantar as paredes, e, se o Governo não nos conceder zincos, estamos em risco de perder tudo em vão. Neste momento, o dono da casa que habitamos, roubou-nos já as chaves por termos dívida de renda por pagar.

Depois das armas agora são as minas



**Manuel Vladimir Bil Vieira** (zona de Enterramento) - Estamos cá para saber junto do Governo como é que vamos conseguir viver nesta zona de Enterramento. Porque aqui não se pode fazer absolutamente nada por causa das minas. Todos sabem que a guerra começou naquela zona e terminou lá. Entretanto, até agora, estamos em guerra com as minas, apesar de estarmos sem casas. Por isso, apelamos o Governo a buscar uma solução para o nosso caso: zincos para o acabamento das nossas casas e guerra às minas para podermos viver.

As nossas casas foram recenseadas pela AD e Missão Católica por nada. É brincadeira de mau gosto!

Estamos esquecidos

**Sindai Parde (bairro Bissak)** - Estamos aqui para discutirmos com o Governo a questão das casas e o zinco a que temos o devido direito pelo facto de sermos vítimas durante o conflito. Só que, agora, estamos sem esperança de con-



seguirmos o que a guerra destruiu. O mais grave ainda, é que a chuva já começou, temos paredes descobertas e o Governo faz ouvido de mercador.

Imagine que eu estive do lado da Junta Militar durante a guerra. Hoje, porém, estou esquecido como defensor da Pátria.

É a injustiça que provoca a guerra em África



**Bacar Cambai (bairro Bissak)** - Estamos aqui para exigir o Governo a conceder cibes e outros materiais para o acabamento das nossas casas.

A forma como nos está a tratar não é decente, e, demais a mais, ninguém sofreu tanto com o conflito mais que nós porque perdemos nossos entes queridos e nunca fugimos da guerra. Vivemos os tempos mais difíceis ao lado dos que haviam pagado em armas. Durante esse tempo prometeram que iam doar zincos e alguns materiais para reconstruirmos as nossas palhotas assim que o conflito acabasse, mas, até agora, recebemos nada.

E que fazer se a chuva já chegou?

Actualmente, o Governo é o culpado da nossa situação porque prometeu e não cumpriu. Deve por isso saber que nós, os eleitores, não somos macacos, e se não fossem os nossos votos nunca governaria este país. Senão fossem os nossos votos não teriam carros novos com os quais estão a "roncar" (estrear-se) nas ruas de Bissau e que fiquem cientes destes factos. Vimos cenas lamentáveis durante o conflito, mas hoje estamos esquecidos. África é assim mesmo!

Registo

## Dar a César o que é de Cesar

Nos últimos dias fomos para o Ministério do Equipamento Social, e visitamos a Direcção-Geral de Habitação e Urbanismo. Após contactos com várias pessoas indicou-se-nos a secretária do director, e esta, por sua vez, preferiu que fôssemos falar com o director de serviço na ausência do director-geral. Este, por seu turno, respondeu que o seu director-geral estava ausente. Para tal propôs-nos de voltar só

numa segunda-feira, talvez, já nessa altura, o director-geral estaria de volta. Ele, apenas ele é a pessoa indicada para fornecer quaisquer informações. Apesar disso insistimos que nos falasse unicamente das responsabilidades do Governo em relação às vítimas.

Para se esquivar das suas responsabilidades como director, disse que não estava autorizado a falar aos órgãos de Comunicação Social e mandou-nos seguir para

o gabinete do ministro que, entretanto, também estava ausente. Tinha ido à ANP.

Por sermos impossibilitados de executar o nosso trabalho, interrogamo-nos se a atitude corresponde com incompetência ou falta da noção das responsabilidades por parte desse director de serviço da Direcção-Geral de Habitação e Urbanismo do Ministério do Equipamento Social? É que muitos técnicos ignoram que devem explicações a este povo.

# Bissau retorna às tenebras

*Esta ideia, mal-soante, foi expressa pelo presidente da Alta Autoridade para Energia, em recente conferência de imprensa decorrida na central eléctrica de Bissau.*

Filinto Vaz Martins afirmou que a cidade de Bissau vai permanecer as escuras por mais três meses. Tudo porque a maioria dos grupos de geradores se estragaram. Aliás, a própria EAGB está a atravessar uma fase muito crítica, marcada por dificuldades financeiras e tem uma conta muito elevado com as Finanças, devido ao fornecimento da electricidade às instituições do Estado que não pagam. Sublinhou que alguns dos 12 furos de água que estão a alimentar toda a cidade de Bissau, se encontram com problemas graves.

Muitos desses furos com 190 metros de profundidade possuem agora revestimentos internos estragados. Outro problema é que as areias subiram até 60 metros, o que tem estado na origem de falta da água na cidade. Quanto a energia eléctrica, consta que a empresa não tem meios para reparar os grupos.

Segundo Filinto Vaz Martins, durante esta crise, a prioridade de fornecimento da energia será o Hospital Nacional Simão Mendes e algumas instituições que poderão receber a corrente eléctrica durante seis horas.

A grande medida para a direcção sanar a crise cada vez mais agudizante é a de uma monte de 150 mil dólares.

De acordo com Vaz Martins, a Alta Autoridade para energia já informou o Governo das dificuldades que enfrenta. Aliás, foram também tomadas algumas medidas concretas - a vinda de especialistas - para problemas específicos que esse grupo de geradores tem, sobretudo, os motores e também, problemas ligados a cambotas e outras peças mais sensíveis dos motores.

Por seu turno, a directora da

empresa EAGB, Fátima Silla, disse que as máquinas precisam de manutenção. As peças que se desgastaram precisam de ser trocadas.

Segundo ela o gerador que está a operar neste momento, não tem capacidade de abastecer toda a cidade de Bissau. É muito pequeno.

E como solução, resolvemos priorizar o fornecimento de água a toda a cidade e garantir a energia aos furos que trabalham com electrobombas para poderem puxar água, assim como o Hospital Nacional Simão Mendes.

Fátima Silla sublinhou que a sua direcção espera um financia-

mento que lhe permitirá adquirir peças sobressalentes necessárias para que a produção da energia eléctrica volte ao seu ritmo anterior que já não era satisfatória.

Não será que, neste momento, Bissau está a viver a maior crise energética de todos os tempos?

Rui Gomes

## UNTG ameaça decretar greve geral

A central sindical guineense (UNTG) ameaça decretar uma greve geral de cinco dias a partir do próximo dia 12 do corrente mês, se o governo continuar a mostrar-se inflexível na sua posição de não consultar os seus parceiros sobre as possibilidades de aumento salarial no quadro do orçamento geral de estado.

A revelação foi feita hoje à ANG pelo substituto do Secretário Geral da Organização.

Sabastião Gomes Correia disse que o consenso foi alcançada após uma reunião de urgência retida hoje entre a central sindical e a confederação geral dos trabalhadores, em vertude de aquilo que consideram falta de vontade política da parte do executivo.

No entender daquele dirigente sindical é uma desconsideração para os parceiros do governo o facto deste ter assumido unilateralmente a responsabilidade de elaborar o Orçamento Geral do Estado sem se preocupar em sentar-se na mesa com a central sindical, e ao mesmo tempo imputa-lhe toda a responsabilidade pelas consequências que poderão advir desse acto.

Contudo, a central sindical em parceria com a confederação geral dos trabalhadores, mostram-se abertos ao diálogo como a única via para se encontrar uma plataforma de entendimento. A inexistência de uma consulta prévia aos seus parceiros sociais na elaboração do OGE para a discussão e aprovação pela ANP foram um dos pontos focados no caderno reivindicativo entregue ao governo na semana passada.

# Caetano N'Tchama reconcilia com jornalistas

*"Sem a Comunicação Social, é impossível o desenvolvimento sócio-Político de um país", afirmou o primeiro-Ministro, em encontro que teve com jornalistas guineenses no fim de Maio, em Bissau.*

O encontro com os profissionais dos órgãos públicos e privados, surgiu da iniciativa de Caetano N'Tchama, para deitar balde de água sobre o fogo que atizou a suspensão e detenção dos jornalistas Paula Melo e Issuf Queita, da televisão nacional, a seu mando.

Paulo Melo é directora de Antena e Issuf Queita, o Pivô dessa mídia audiovisual. A crescer o facto estava também o caso de Ensa Seidi, redactor-chefe da Rádio Nacional, que tinha sido suspenso das suas funções pelo secretário de Estado da Comunicação Social, Pedro da Costa.

Não tendo esses três factos soado bem às orelhas dos jornalistas e técnicos da comunicação social, e, a fim de se remediarem insuportáveis e prolongadas contradições, decidiu Caetano N'Tchama enfrentá-los em encontro de concertação que durou cinco horas.

Está sabido que o momento não é propício para "guerra nem fria, nem quente" entre o Governo e seus funcionários. Se

agora, existe um Governo eleito, houve gente que apostou e votou na Mudança. Tal é representada pelo PRS, partidos coligados e afins... Pelo que, ao actual Governo é dado o direito de ouvir muito, mas, nunca agir em função de o que ouve. É ludibriador! Nunca houve e nem haverá Governo sem opositor. As vezes, o verdadeiro democracia não é o que sabe dizer "sim e sinsenhores". É o que diz não - no sentido salutar.

A forma como as suspensões detensões se fizeram, desagradou e levou os profissionais das mídias nacionais a se solidarizarem, em cadeia, condenando a atitude do Primeiro-Ministro e do seu secretário de Estado para a Comunicação Social.

Por essa razão, foi jus e oportuna a ideia do Chefe do Governo de procurar estabelecer uma plataforma de entendimento entre as partes.

Na ocasião todos foram unânimes pela importância da vertente Comunicação Social no processo da consolidação da Democracia no País.

O Primeiro-Ministro recor-

heceu, no entanto, que os jornalistas desempenham um papel em particular senão fundamental no processo de reconciliação nacional, na consolidação da paz social, democracia e na garantia da estabilidade política tanto interna como a nível sub-regional.

O encontro serviu igualmente para os responsáveis e jornalistas dos diferentes órgãos apresentarem os seus problemas, e as reais carências que dificultam os seus exercícios profissionais.

Entre os aspectos enumerados pelos representantes das rádios, televisão nacional, jornais e da Agência Noticiosa da Guiné, se destacam a falta de melhores condições de trabalho, a inexistência - em certos órgãos - de meios de transporte, a interferência directa do poder político nos órgãos públicos e privados, em jeito de censura dissimulada. Em destaque esteve igualmente os salários (entre 7.500 francos CFA a 14.000), consentidos a maioria dos jornalistas, mesmo com vários anos de serviço.

Ficou ainda expressa duran-

te o encontro a necessidade de haver possibilidades para formação contínua - localmente ou no estrangeiro - dos jornalistas.

A reunião que o Chefe do Governo convocou para dizer aos jornalistas que não agiu de forma solta e gratuita contra Paula e Issuf, mas que os mesmos tinham apresentado direito de resposta através da televisão nacional, onde ele não havia atacado a ninguém, termiou em clima de entendimento entre as partes. Em consequência disso, decidiu o Primeiro-Ministro assumir a responsabilidade de levantar a medida punitiva e os processos que pretendia instaurar contra os dois jornalistas. A mesma medida é extensiva também a Ensa Seidi, da Rádio Nacional. Significa que, a partir desse dia, 30 de Maio, os nossos colegas são, profissionalmente, os mesmos nos seus respectivos postos de serviço. Aliás, não é por azar que Caetano N'Tchama que apostar no diálogo como dose para a resolução de problemas as vezes, espinhosos.

Amarante Sampa

Koumba Yalá no leste

# “Nossa aposta é falar pouco e construir mais”

“A realidade que nós constatamos nas regiões é preocupante”, disse o Presidente da República, Kumba Yalá, que efectuou na semana passada uma digressão ao leste do país.

O chefe de Estado deslocou-se as regiões de Bafatá e Gabú para agradecer o eleitorado e familiarizar-se com os problemas com que se debatem as populações daquela parte do país.

□ Texto e fotos: Bacar Baldé

O Presidente da República fez-se acompanhar de uma importante comitiva constituída pelos ministros da Administração Interna, da Saúde e Assuntos Sociais e da Agricultura, Florestas e Caça, Artur Sanhá, António Bamba e Alamara Nhassé, respectivamente, bem como pelo secretário de Estado da Indústria e Artesanato, António Serifo Embaló.

Em relação aos resultados eleitorais, Kumba Yalá disse que a democracia é como um jogo de futebol. Tem que haver competição para se ver quem é que tem responsabilidade e capacidades de organizar o país rumo ao desenvolvimento.

Na sua digressão, o presidente da República visitou os sectores de Bafatá, Contuboel, Gabú, Pirada e Pitche tendo ouvido várias queixas por parte dos populares da área, nomeadamente a degradação das estradas, das escolas, do mau funcionamento do sistema de Saúde, da carência de água, da insuficiência da energia eléctrica, do funcionamento deficiente dos tribunais, e outros.

Falando das eleições passadas, o Presidente Kumba Yalá sublinhou que “aqueles que fazendo a campanha diziam que os outros não sabem mandar porque iriam estragar o país, não contavam a verdade. Pois, o que é importante para o eleitorado é apresentar um projecto político concreto de como é que o país pode progredir. Isto permite



O PR fala aos militares no quartel de Gabú

aquele que está à testa da Nação pegar tesos para construir o necessário”.

Segundo Kumba Yalá a independência é para todos os filhos da nossa terra, para a gente se sentir bem, ter escola, saúde e meios de transporte.

Neste contexto, o Presidente da República criticou o regime precedente que deixou marcas tristes no país, comparando, como exemplo, a situação actual dos centros urbanos com o aspecto que reinava na época colonial. “Não há parte alguma do país que não está degradada”,

sublinhou.

O presidente da República acrescentou que a má direcção dos assuntos do Estado até a altura da instauração do processo democrático não agradou os cidadãos nacionais, por isso se criou vários partidos políticos para se concorrer a condução do destino do país.

Kumba Yalá criticou de que os dirigentes do PAIGC foram os únicos responsáveis por essa triste realidade. “Não são os militantes do PAIGC. Os militantes acreditaram nos seus dirigentes. Estes é que não souberam ser

coerentes com as suas actuações, com as suas declarações e com a sua prática governativa. Isso decepcionou de alguma maneira o povo da Guiné-Bissau, com o agravante de ter provocado uma guerra fratricida que introduziu involuntariamente os nossos irmãos do Senegal e da Guiné-Conacri, tendo alguns dos quais morrido inocentemente”.

O chefe de Estado referiu que passado este triste acontecimento agora temos que apostar, sobretudo, nesta mudança que se pretende, com base numa profunda reconciliação, para ultrapassarmos a Guiné-Bissau nesta miséria.

O Presidente Kumba Yalá disse que agora a aposta é de falarmos pouco e construirmos mais, pois é isto que nos falta fazer. “Obras concretas que nos levem a mudança efectiva, porque o povo já está farto de ouvir discursos.

Quanto aos quartéis, referiu que a partir do próximo ano todos os centros militares serão reparados.

Kumba Yalá fez reparar que se a Junta Militar não tivesse assegurado a vitória da guerra que o país fora imposto, até hoje ela persistiria (desde 1963 até ao ano 2000 o país está a guerrear). “Não foi isto o ideal de Amílcar Cabral”, sublinhou.

Para testemunhar a sua firmeza política, o chefe de Estado realçou que “não admitirei que haja governantes que pretendam aproveitar indevidamente os bens públicos. “Quem quer fortuna, que lave a terra”.

Ao responder as preocupa-

ções levantadas pelas populações locais, Kumba Yalá afirmou que as estradas de Tan-Tan Cosse até a fronteira com o Senegal e de Gabú-Pirada serão alcatroadas a partir da próxima época seca, para permitir melhor circulação das pessoas e bens naquela zona.

Na vila de Pirada, o Presidente da República ouviu queixas sobre a má actuação de certo deputado da nação residente naquela área, o que prontamente ele decidiu comunicar a ANP no sentido de deliciar medidas necessárias para se pôr termo à situação de intrigas que o mesmo está a fomentar.

Em relação as solicitações dos muçulmanos da aldeia de Braima Sori de se-lhes oferecerem esteiras para as suas três Mesquitas, Kumba Yalá pediu, de imediato, que seja enviado alguém para Bissau a fim de as levar. Isto prova o amor do Kumba Yalá para com a religião, em especial, com a muçulmana, de que foi alvo de acusação, durante a campanha eleitoral, de que iria acabar - caso ganhasse a eleição presidencial.

Na sua visita às regiões de Bafatá e Gabú, o chefe de Estado ouviu preocupações concernentes as dificuldades de comercialização da castanha de cajú, principal produto de exportação, a elevada taxa alfandegária, assim como, a necessidade de se retornar às campanhas agrícolas de mancarra e algodão.

Igualmente, em todas as localidades visitadas, explicou-se da questão de peregrinação dos muçulmanos à cidade santa de Meca, que será reestruturada e estará a partir do próximo ano sob controle de um emissário do Estado, a escolher brevemente.

No que concerne as dificuldades de água potável, Kumba Yalá anunciou a existência de uma verba de 6,5 milhões de dólares para a região de Gabú, destinados para a construção de 145 furos. Em geral, o novo chefe de Estado foi recebido no leste em ambiente de grande festa.



Koumba Yalá apresenta condolências pela morte do Régulo de Gabú



PR em Contuboel ladeado dos seus conselheiros

Em Conferência de Imprensa

# Pedro Infanda pela justiça crível na Guiné

O Tribunal Supremo de Justiça está a constituir, neste momento, o maior entrave para a resolução do caso de impugnação dos resultados saídos do último congresso da RGB.

Em recente conferência de imprensa, em Bissau, o advogado desse partido que é Pedro Infanda, disse que apesar dos entraves políticos de que estão a ser alvos por parte do Supremo Tribunal de Justiça, o caso, juridicamente, já está ganho.

Sublinhou a este respeito que, enquanto advogado, irá dar a sua enérgia até o caso for esclarecido na base de uma justiça transparente, o que permitirá a que as pessoas possam distinguir as coisas.

"Ao receber este processo através dos responsáveis do par-

tido, nomeadamente, pelo seu Secretário geral Mário ussumane Baldé, e seu presidente Domingos Fernandes, tenho estado a agir pura e simplesmente como advogado e não como amigo de Salvador Tchongo como se diz por aí", explicou Infanda.

Afirmou, por outro lado, que será firme e determinado na sua posição, acentuando pressões junto ao tribunal regional de Bissau até que seja remetida o processo. Isto, porque o Supremo Tribunal de Justiça, enquanto órgão de Estado, em vez de resolver, complicou tudo, violan-

do os estatutos do Partido.

Pedro Infanda disse que não há razão para haver mal-entendidos ou má fé por parte de algumas pessoas. Porque o partido já tinha comunicado a instância judicial, desde 3 de Novembro de 1999, que o congresso estava suspenso até a realização das eleições legislativas e presidenciais do mesmo ano. Depois do escrutínio, o partido devia pronunciar-se sobre o referido processo nos termos da lei, no prazo máximo de trinta dias, e fê-lo com conhecimento do próprio Supremo Tribunal.

O advogado da RGB foi mais

longe, alegando que o país precisa de uma justiça crível, tendo revelado, também, que foi apresentado um processo crime junto da Procuradoria Geral da República contra Helder Vaz sobre alegada falsificação de assinaturas, isto é, a utilização abusiva de terceiros durante a realização do congresso.

O Secretário Geral do Partido, Mário Ussumane Baldé, acusou, por seu turno, o Emiliano Nosoline e Venâncio Lopes, ambos presidente e vice-presidente do Supremo Tribunal de Justiça, de serem os principais mentores do problema, por estarem a jogar um papel político.

Questionado sobre a eleição, no congresso do partido que levou a RGB a fase muito crítica, Pedro Infanda explicou que em todos os partidos existem sempre tendências - liberal, conservadora e moderada; e que entre estas há as que sabotam. Por isso o partido está nas condições actuais. Este jurista considerou que, no caso guineense, não existe um verdadeiro Supremo Tribunal de Justiça, já que as figuras do seu presidente e vice-presidente são nomeados e não eleitos pelo Conselho Superior de Disciplina e da Fiscalização da Magistratura.

Amarante Sampa

**Anúncio**

## Service des Visas

L'Ambassade de France en Guinée-Bissau souhaite informer le public qu'elle reprendra à compter du mardi 23 mai ses activités consulaires, notamment en ce qui concerne la délivrance des visas Schengen.

Cette reprise s'effectuera selon les modalités suivantes:

Ouverture au public les mardi et jeudi matin de 8 heures à 10 heures

I - Les formulaires devront être retirés à l'entrée de l'Ambassade de France (Alto Crim - locaux provisoires) - Une notice explicative sera jointe à ce formulaire.

II - Les dossiers seront déposés les mardi et jeudi dans une urne prévue à cet effet située à l'entrée de l'Ambassade.

III - Les personnes dont demandes auront été agréées seront convoquées en vue de la délivrance d'une visa.

IV - Les documents des personnes dont la demande n'aura pas été prise en considération leur seront restitués le jour d'ouverture du Service des visas suivant le jour de dépôt du dossier.

**Anúncio**

## COMUNIQUE

L'Ambassade de France fait savoir aux usagers que l'ensemble de ses services est désormais ouvert au public.

Les ressortissants français seront reçus de 9 heures à 12 heures et de 15h30 à 18h30 du lundi au vendredi, ou a tout moment en cas d'urgence (à préciser au gardien à l'entrée).

Les ressortissants étrangers seront reçus aux mêmes horaires pour les démarches administratives à l'exception de la délivrance des visas pour laquelle des dispositions particulières ont été prises. Les dispositions font ce jour l'objet d'un communiqué de presse et d'un affichage à l'entrée de l'Ambassade.

Les rendez-vous personnels devront être sollicités auprès du secrétariat Tél. 20.30.12 extension 11 et 12

**Anúncio**

Ministério de Justiça e Trabalho  
Conservatória do Registo Civil

Dr<sup>a</sup> Maria Quessangue Mendes Viegas, Conservadora do Registo Civil da República da Guiné-Bissau.

Nos termos de alínea b) do n<sup>o</sup> 1 do artigo 368<sup>o</sup> do Código do Registo Civil faço saber que Mare Baldé Sane, divorciada, maior de trinta e um anos de idade, natural de Bajocunda, Sector de Pirada, Região de Gabú e residente em Bissau, filha de Samba Baldé e de Maude Jau, requereu a alteração de composição do seu nome fixada no seu assento de nascimento para Mary Baldé.

São por isso convidados todos os interessados insertos a deduzirem a oposição que tiverem no prazo de trinta dias a contar da última publicação deste anúncio no "Jornal Nô Pintcha".

Conservatória do Registo Civil de Bissau, aos 18 dias do Mês de Abril do ano dois mil.

**Anúncio**

Ministério de Justiça  
Secção de Família e Trabalho do Tribunal Regional de Bissau

Pelo juiz desta Secção de Família e Trabalho do Tribunal Regional de Bissau, se faz saber que na Acção de Investigação de paternidade, com o processo ordinário, pendente no cartório desta Secção de Família e Trabalho, movida pelo autora Maria José de Almeida Rosa de Carvalho, casada, maior, residente na Cidade de Praia Cabo-Verde, contra José Maria da Silva, para contestarem, apresentando a sua defesa no prazo de vinte dias, que começa a correr depois de finda a dilação de quinze dias, contada da data da segunda e última publicação deste anúncio, sob cominação de vir a ser condenado no pedido que o autor deduz naquele processo e que consiste em a presente Acção ser julgada, provada a procedente e, consequentemente a Autora Maria José de Almeida Rosa de Carvalho ser reconhecida a perfilhação do seu falecido pai José Maria da Silva.

Bissau, 14 de Maio de 2000

**ONUGBIS doa cinco mil mosquiteiros às FA**

Militares receberam na quinta feira, 8 de Junho, 5 mil mosquiteiros ofertados pelo representante do secretário geral da ONU na Guiné Bissau. A cerimónia de entrega deste donativo decorreu no quartel ex-QG, em Bissau, nas presenças de várias altas individualidades civis e militares.

## Assembleia Nacional Popular

# Deputados mais guineenses do que nunca

**Nestes últimos dias, os trabalhos na Assembleia Nacional Popular, ANP, continuaram duros e sérios em torno de questões importantes.. Há, por exemplo, o Orçamento geral do Estado para este ano, a Lei do Orçamento, e o Orçamento da ANP.**

Outros assuntos - não menos espinhosos - que não escaparam a atenção dos Deputados da Nação estão relacionados com os casos da exoneração do chefe de Estado-Maior da Armada, o capitão da Fragata Mohammed Lamine Sanhá por um decreto presidencial e as detenções e suspensão dos jornalistas Paula

Melo, Issuf Queita e Ensa Seidi. Os dois primeiros são da televisão. A paula é directora de antena e Issuf é o pivot, enquanto Ensa Seidi é da Rádio Nacional.

Apesar de há poucos dias o Primeiro-Ministro Caetano N'Tchama ter-se reconciliado com os profissionais da comunicação social guineense no seguimento de uma reunião de várias horas, os Deputados da Nação que militam na oposição, entenderam que se devia convocar um debate de urgência em que o chefe do Governo seria chamado a se pronunciar sobre estes casos e o concernente a detenção do líder da Aliança Socialista Guineense, Fernando Gomes, ex-activista da Liga dos Direitos Humanos. A recusa da bancada coligada PRS/RGB de autorizar esse debate levava alguns partidos com assento na ANP a aban-



Uma sessão de trabalho da ANP

donar a sessão. Prometendo, no entanto, retomar os seus respectivos lugares se a coligação maioritária acatasse com a sua proposta. Não está certo, se isto aconteceu ou não. O certo é que já houve um debate sério em que o comportamento "pouco democrático" do Primeiro-Ministro foi considerado pelos Deputados

da oposição de "ilegal" e inoportuna.

Deve-se destacar que Caetano N'Tchama está sendo alvo de muitas críticas por parte de pessoas que acham que o mesmo estará "a pietinar algumas disposições da Constituição da República", ao nomear um vice-primeiro-ministro que não existe

no documento magno da Nação. Verdade ou não, nós temos a certeza que a razão acabará por triunfar nesse conflito político. Porque, acreditamos que a nossa democracia está nos bons carris ao privilegiar mais o diálogo político do que ideias nefastas que fazem sobentender que existem na Guiné etnias puras ou isoladas.

Seja o que for, o Orçamento Geral do Estado já foi discutido e aprovado. O que vai permitir arrancar na seriedade, com passos medidos.

Feito isto, cabe agora ao Governo repôr o comboio nos carris, mas apostando sempre na tecnologia e no saber fazer dos guineenses, que continuam a acreditar na cooperação internacional como uma medida indispensável ao novo conceito da globalização.

7 de Junho

# Festa dos Heróis só em Setembro próximo

**O Tenente-Coronel Emilio Costa falava à margem das festividades do 2º aniversário do facto, e concluiu que muitos objectivos e causas do acontecimento político-militar restam ainda por materializar. Ainda mais, manifestou a dúvida em que os mesmos possam ser alcançados dentro dos próximos quatro anos.**

Emilio Costa reafirmou a conhecida posição de que os militares não estão interessados pelo poder, mas, assegurou que permanecem vigilantes perante as acções dos responsáveis políticos na condução dos destinos do país.

O número dois das Forças Armadas guineenses adiantou que os militares vão continuar sob o poder político civil democraticamente instituído, mas não permitirão que seja posta em causa os objectivos do seu levantamento em Junho de 1998, que visava, entre outros, a reposição do respeito pela legalidade constitucional e a justiça pela consolidação da democracia, paz e o desenvolvimento sócio-eco-

nómico do país.

O tenete-coronel Emílio Costa garantiu, em soma, que as FA continuarão a desempenhar o seu papel de Corpo militar nacional, a quem incumbe a tarefa de defender a integridade territorial e velar para a paz nacional, sub-regional e africana.

Apelou as novas autoridades políticas a trabalharem pela garantia da estabilidade política e pelo desenvolvimento nacional.

Por seu turno, o Vice-Primeiro-Ministro, aludindo ao facto, disse que a solução para os problemas dos militares passa necessariamente pela criação de condições condignas aos mesmos, desde a alimentação, alojamento e transportes.

Em gesto de amenizar o

clima, Faustino Fudut Imbali anunciou que o Governo já tem um programa para resolver os problemas dos militares. O programa está dividido em três componentes: urgência de garantir uma vida condigna aos militares; a desmobilização e reinserção dos combatentes e, finalmente, a formação dos militares. São estes três vertentes que o Governo vai implementar de moldes a resolver a precária situação dos militares.

O Vice-Primeiro-Ministro apresentou o reconhecimento do Governo aos valentes homens de armas, os quais, apesar da sua exígua situação, souberam durante esses meses difíceis e quentes, elevar ao mais alto nível o heroísmo inato do povo

guineense. Acções dessas não se pagam com dinheiro, mas com a mais ampla gratidão desta Nação e povo.

No olhar de Fudut Imbali, o levantamento militar de 7 de Junho tem o mesmo peso que o primeiro tiro que, em tempos, marcara o início de luta de libertação nacional.

Os guineenses esperavam poder dançar o "cicó" com os militares pela ocasião, mas, problemas de perfil logístico, impediram, segundo justificou a Comissão organizadora do evento.

Devia-se, ao abrigo da cerimónia oficial, proceder-se às condecorações dos militares e para-militares que mais se destacaram - em valentia, durante os confrontos. Não aconteceu,

mas ficou adiado para 24 de Setembro próximo, data da independência nacional.

Em todo o ocorrido, fica para registar que os militares não estão satisfeitos com a sociedade civil, a saber, as ONG's e associações privadas. Não acolheram favoravelmente os convites que lhes foram endreçados a fim de participarem na jornada de reflexão sobre a rebelião militar. Isto permitiria melhor aproximação entre os homens em uniforme e civis.

"Hoje somos militares, mas procedemos da sociedade civil à qual voltaremos no fim de tudo" - se dizem eles.

Djuldé Djaló  
e Amarante Sampa